GÊNERO E MOVIMENTO SOCIAL DO CAMPO: NARRATIVAS DE MULHERES DIRIGENTES E LIDERANÇAS DO MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS (MSTTR) NO SUDESTE DO PARÁ.

GENDER AND SOCIAL MOVEMENT FIELD: NARRATIVE OF OFFICERS AND WOMEN MOVEMENT OF TRADE UNION LEADERS RURAL WORKERS (MSTTR) NO PARÁ SOUTHEAST.

Kezia Vieira de Sousa Farias [1] - Unifesspa
Idelma Santiago da Silva [2] - Unifesspa

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo abordar a participação das mulheres do campo no movimento sindical no sudeste do Pará. Percebe-se que o número de mulheres na direção das organizações sindicais de trabalhadores rurais tem aumentado significativamente, mas elas têm ocupado principalmente funções socialmente reconhecidas como femininas. A metodologia adotada foi historia oral, estudo bibliográfico e análise de dados empíricos quantitativos.

Palavras-Chave: Gênero. Participação. Mulheres Camponesas.

Abstract: This work aims to address participation of rural women in the trade union movement in the southeast of Pará. It is noticed that the number of women in the direction of the trade union organizations of rural workers has increased significantly, but they are mainly occupied functions socially as female. The methodology adopted was oral history, literature study and analysis of quantitative empirical data.

Keywords: Gender. Participation. Peasant Women.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendemos contribuir para os estudos sobre gênero e movimento sindical do campo, fazendo uma análise da participação feminina a partir da perspectiva das mulheres que se constituíram dirigentes e lideranças no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MTTR) no sudeste paraense.

A história das mulheres líderes camponesas que participam da luta política pela/na terra no sudeste do Pará constitui uma trajetória marcada por atos de discriminação naturalizados e que apontam para problemas e tensões presentes no cotidiano. Mas muitas vezes encontram-se em conflito com o espaço doméstico uma vez que a atividade (luta) lhe é contrária a divisão do trabalho no interior da família. Essas mulheres assumem um papel importante nas negociações tornando-se líderes, mas enfrentam também tensões dentro das próprias organizações políticas em que atuam numa relação de oposição do militante homem sobre sua militância.

Levando em consideração o cenário sindical que é exemplo de organização criada a partir da categoria classe social, têm dificuldade de reconhecer e trabalhar com outras categorias da classificação social.

[1] Bolsista PIBIC/CNPq/UNIFESSPA (2015). Estudante da Faculdade de Ciências Sociais Araguaia-Tocantins, Instituto de Ciências Humanas. UNIFESSPA/Campus Universitário de Marabá. Email: vieirakezia@hotmail.com
[2]Professora Orientadora PIBIC/CNPq/Unifesspa. Doutora em História, Professora da Faculdade de Educação do Campo e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, do Instituto de Ciências Humanas da UNIFESSPA. Email: idelmasantiago@gmail.com

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se na pesquisa a metodologia de história oral, que se trata de um procedimento metodológico pertinente, especialmente, quando nos dirigimos a sujeitos em contextos sociais sem registros escritos suficientemente amplos que possam ser fontes de dados.

Na presente pesquisa, foi utilizada a técnica de entrevista temática, abordando a trajetória de vida das entrevistadas, seguida de um roteiro aberto, mas com questões previamente elaboradas. Foram realizadas seis entrevistas que foram gravadas (registro de áudio) e transcritas e será objeto de análise neste trabalho. Num primeiro momento foi feita revisão bibliográfica teórica e metodológica e pesquisa documental. A pesquisa documental restringiu-se a dados quantitativos fornecidos pela Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) – Regional Sudeste.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma visão sobre a participação das mulheres na fundação e na ocupação de cargos nos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTRs) no Pará está presente no trabalho de Amaral (2007). Ela conclui que, na maioria das vezes, as mulheres encontram-se em cargos considerados menos importantes na hierarquia das estruturas sindicais. Ainda assim, a sindicalização das mulheres pauta os sindicatos nas demandas especificas das mulheres, o que inclui a participação nos processos deliberativos e de construção novas relações de gênero.

No sudeste do Pará, segundo Bezerra (2008) a primeira mulher a ser presidente de sindicato foi dona Maria de Jesus, em Jacundá na década de 1980. Margarida Alves (2016) relata que quando chegou a região existia uma articulação de mulheres ligadas ao Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC), essas mulheres já estavam articuladas nesse movimento desde a década de 1980.

> Então quando eu cheguei aqui já existia um movimento nesse sentido de articular as mulheres, de discutir as condições das mulheres, as mulheres inclusive no campo elas já se articulavam politicamente pra ocupar cargos de direção nos sindicatos, por exemplo, o sindicato de São Domingo do Araguaia, elas tinham um grupo de mulheres muito bom, que coincidentemente também algumas trabalhavam na educação, na educação das zonas rurais, por exemplo, na zona rural que a gente chamava antigamente e elas já participavam da direção do sindicato, então o sindicato de São Domingos do Araguaia, elas diziam é 50% de homens na diretoria e 50% de mulheres tem que ser assim, então elas já brigavam, já construíam esse espaço de participação efetiva politica e publica das mulheres, que as mulheres até então elas eram só, elas eram meras dependentes dos maridos nos sindicatos de trabalhadores rurais, elas não apareciam, não contribuíam, nem faziam as assembleias, eram de homens só de homens. (MARGARIDA ALVES, 2016).

Assim, no STR de São Domingos do Araguaia as mulheres protagonizaram os primeiros avanços na participação das mulheres como dirigentes. Segundo Margarida Alves (2016), elas traduziam esse movimento de construção da participação no lema “mulher tu sai da cozinha e vai ocupar teu lugar”, evidenciando, duplamente, a denúncia da divisão sexual do trabalho no interior da família e a reivindicação de participação no espaço público. Dados da FETAGRI - Regional Sudeste do Pará, de 2014, mostram que nas diretorias dos sindicatos predominava a presença dos homens e a questão de gênero tinha uma entrada formal, por conta da necessidade de representação das mulheres (30%), e uma entrada política advinda da organização das camponesas. Esses dados mostram que as mulheres ocupam geralmente os cargos de secretaria e de gênero nos STTRs ligados a FETAGRI do Sudeste paraense. Dos 27 sindicatos, 21 são dirigidos por homens e 6 por mulheres. Por outro lado, as 17 Secretarias de Mulher existentes estão ocupadas por mulheres. Os cargos que tratam de finanças, produção agrícola e política agrária são ocupados majoritariamente por homens e os cargos que tratam de juventude, terceira idade e secretaria geral, são ocupados nalguns casos exclusivamente por mulheres. Como se nota, os cargos ocupados, majoritariamente pelos homens, são aqueles considerados de maior prestígio na hierarquia de poder, enquanto aqueles ocupados pelas mulheres são principalmente funções socialmente reconhecidas como femininas. Assim, se evidencia que a mudança objetiva na composição da representação das mulheres nas direções do STTRs não é acompanhada necessariamente de mudanças nas representações sobre os papéis de gênero.

Para Amaral (2007) o debate sobre a inserção das mulheres nas direções sindicais ganha força em diversos Estados com as cotas. Em 1991, a política de cotas já havia sido adotada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), logo em seguida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), garantindo o mínimo de 30% de mulheres nos cargos de direção. Segundo Mota (2006, p. 349), a política de cotas, “vem sendo adotada no movimento sindical de trabalhadores rurais é um indicativo da estruturação de uma nova ordem de definição

das posições de homens e mulheres na estrutura sindical, dando conta da instituição de um lugar feminino". No sudeste do Pará o crescimento da participação das mulheres não se dá apenas pelo processo de cotas, mas elas começaram a exigir essa politica, exatamente por que as chapas eram compostas em sua maioria pelos homens, e com as cotas automaticamente elas garantiam que as mulheres também pudessem ocupar cargos nas diretorias. Segundo Margarida Alves (2016) a política de cotas tem sua funcionalidade para garantir que as mulheres possam se inserir nesse processo, pois no caso de sua não efetivação as mulheres podem boicotar as eleições sindicais.

Segundo Edilene (2016), no último congresso nacional da CONTAG foi aprovada a politica de cotas para as mulheres de 50%, mas segundo ela "infelizmente ainda não se avançou o esperado no sentido da cota, não foi ainda respeitado, no documento existe, mas na pratica mesmo, na realidade a gente tem ainda muito empecilho". Já Joelma (2016) acredita que a conquista dos 50% foi um grande avanço do movimento, porque as mulheres assim como os homens tem capacidade e direito de ocupar cargos nas direções sindicais.

Para os homens, a ação na sociedade é tida como natural e obrigatória, enquanto que, para as mulheres, a ação na sociedade é concebida como sendo imprópria e indesejável, pois, há séculos que ela ficou restringida aos espaços domésticos, e, isto ficou sendo parte da concepção estabelecida sobre a mulher. Assim, a educação sexista não forma as mulheres par a atuação na vida pública. Quando Zefa foi convidada a ingressar no sindicato de Itupiranga, relata que pediu um tempo para pensar "por que eu não sabia, eu não entendia nada" (ZEFA, 2013). Chama atenção o que a motivou entrar e fazer parte do movimento "que aí eu vou aprender a minha intenção era só aprender". Foi a dinâmica de novas ações e relações que fizeram com que Zefa procurasse articular uma fala diferente daquela que lhe era atribuída e reservada naquele espaço. A sua palavra teve que ser constituída e a sua pronúncia precisou ter um lugar conquistado: "aí eu não falava nada ficava só ouvindo, aí nesse meu ouvindo eu fui aprendeno e aprendeno e aprendeno mais e mais, aprendi com o tempo mesmo dentro do movimento, foi que eu aprendi a me soltar" (ZEFA, 2013). Segundo Mota (2006, p. 350), "as mulheres trabalhadoras rurais a partir dessas vivências vão construindo uma narrativa própria e temporal em que se referem a um antes do movimento, quando não falavam, eram escravizadas, sem valor, não sabiam de nada, tinham medo [...] a conquista da fala é o demarcador de um novo tempo e uma possibilidade concreta pela qual podem contar a própria história. E nesse contar se reposicionam no mundo". A palavra como exercício do poder (BRANDÃO, 2006) se torna uma dessas arenas de luta e empoderamento das mulheres dirigentes. Assim como os movimentos formam "espaços de representação na conflitante vida cotidiana, nos quais as tensões são evidentes, e as mulheres se tornam atores públicos, capazes de interpretar as desigualdades sociais, de reclamar pelas injustiças feitas e de entrar em um diálogo público" (SCHAAF, 2003, p. 435).

Segundo Antunes (2002) os parâmetros do empoderamento são: "a construção de uma auto imagem e confiança positiva, o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente, a construção da coesão de grupo, a promoção da tomada de decisões e a ação" (ANTUNES, 2002, p. 98). O STTR de Rondon Pará há mais uma década tem sido dirigido por mulheres. Ainda que elas tenham enfrentado tensões nas relações de gênero nas suas experiências micro ou macro sociais, destacam em suas narrativas seus protagonismos nas dinâmicas do movimento sindical e da luta pela terra.

> Teve a Eva, que foi a minha irmã, que foi a primeira mulher aqui no município, além da minha pessoa - a primeira mulher que foi presidente de sindicato por todos os enfrentamentos -, ela foi a primeira mulher a ser presidente de uma associação, inclusive nessa área da Gavião, também foi diretora dessa casa, secretária de política agrícola e política para as mulheres. A Nice que veio na política social também junto comigo. Então foram três mulheres logo de início que enfrentou tudo comigo, a Zudemir [Nicinha] e a Maria Eva. Aí depois com a minha história, com a minha luta junto com elas, aí que outras mulheres vieram presidentes de associação, coordenadoras de acampamentos, então foi empoderando outras mulheres por essa luta que a gente teve esse enfrentamento, e aqui tá nossa história de muita luta. (JOELMA, 2016).

A participação das mulheres como dirigentes no STTR de Rondon do Pará, após o assassinato do sindicalista Dezinho, foi fundamental e decisiva na organização do sindicato e na conquista dos assentamentos de reforma agrária, ainda que enfrentando permanentemente a violência e ameaças sobre suas vidas. Elas e outras mulheres, lideranças e dirigentes, elaboram suas memórias referenciadas na atividade exercida na esfera pública, em espaço de micro e macro participação. Seus discursos parecem desautorizar as forças majoritárias e redutoras desenhando o papel feminino na luta pela terra, reinscrevendo, sem abrir mão dos medos e das hesitações o destino de um coletivo.

4. CONCLUSÃO

As experiências das mulheres lideres camponesas no sudeste do Pará conforma um espaço ainda muito conservador em termos das relações de gênero. Mas percebe-se que essas mulheres estão rompendo com modelos patriarcais presentes nos sindicatos e ganhando visibilidade na luta para serem reconhecidas como agentes no espaço público.

AGRADECIMENTOS

A universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de bolsa, tornando possível meus estudos e pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. **Do jirau ao geral:** mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará. Belém, PA, 2007.

ANTUNES, Marta. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: Romano, Jorge; Antunes, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro, Editora Lidador, 2002.

BEZERRA, Rosemayre lima. **Mulheres posseiras**: uma história de luta silenciada. Monografia (licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, Marabá, PA, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular.** São Paulo, Brasiliense, 2006.

EDILENE. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Kezia Vieira de Sousa Farias. STTR de Rondon do Pará, Rondon do Pará, 03 maio. 2016. 54 min.

FETAGRI, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará. Atas das eleições e posse STTR região do Carajás. Pesquisa realizada em 2014.

JOELMA, Maria Joel Dias Costa. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Kezia Vieira de Sousa Farias. STTR de Rondon do Pará , Rondon do Pará, 03 maio. 2016. 59min.

MARGARIDA ALVES, Ailce Margarida Negreiro. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Kezia Vieira de Sousa Farias.UNIFESSPA, Marabá, 14 mar. 2016. 1h 22min es e posse STTRs região do Carajás. Pesquisa realizada em 2014.

MOTA, Maria Doloresde Brito**.** Margaridas nas ruas: As mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata. (orgs). Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero. NEAD Especial /. – Brasília: MDA, IICA, 2006.

SCHAAF, Alie Van Der. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 412-442.

ZEFA, Josefa Sousa e Silva Albuquerque. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Idelma Santiago da Silva e Kezia Vieira de Sousa Farias. PA Grande Vitória, Marabá, 27 nov. 2013. 1h53min.